

## ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA	5
1. Introdução	7
2. Caraterísticas gerais do IRC	9
2.1. Uma base de incidência ampla e líquida: teoria do rendimento-acrécimo	9
2.2. Um regime de base contabilística	13
2.3. Com preocupações de promoção do investimento estrangeiro, desenvolvimento económico e internacionalização das empresas nacionais	14
2.4. Com preocupações anti-abusivas	16
Bibliografia	17
3. O Enquadramento constitucional da tributação do rendimento das empresas – o artigo 104º/nº 2 da Constituição	21
3.1. O princípio constitucional	21
3.2. Os fundamentos para os desvios ao artigo 104º/nº 2 da Constituição	25
3.3. A aplicação do artigo 104º/nº 2 da CRP em alguns casos concretos	30
Bibliografia	36
4. A tributação dos sujeitos passivos não residentes	39
4.1. Separação de regimes e conceito de residente	39
4.2. A estrutura de tributação dos não residentes vs. residentes	40
4.3. A tributação do não residente com estabelecimento estável	48
Bibliografia	51

5.	O regime da transparência fiscal	53
5.1.	Fundamentos e âmbito subjetivo	53
5.2.	Regime	56
5.3.	Âmbito subjetivo	59
5.4.	Três notas adicionais sobre transparência fiscal (internacional)	62
	Bibliografia	64
6.	O tempo e a formação do facto tributário em IRC	67
6.1.	Período de tributação	67
6.2.	Periodização do lucro tributável	71
	Bibliografia	77
7.	As principais correções ao balanço contabilístico	79
7.1.	Introdução – ativo <i>circulante</i> e ativo <i>fixo</i>	79
7.2.	Depreciações e amortizações	80
7.3.	Regime das depreciações e amortizações – I	82
7.4.	Regime das depreciações e amortizações – II	85
7.5.	Imparidades	86
7.6.	Provisões	89
	Bibliografia	91
8.	Variações patrimoniais positivas e negativas	93
	Bibliografia	98
9.	Rendimentos e gastos	99
9.1.	Rendimentos (e ganhos)	99
9.2.	Gastos (e perdas) – I: em geral	101
9.3.	Gastos – II: requisitos	102
9.4.	Gastos – III: critérios de <i>indispensabilidade</i> e eliminação desta	109
9.5.	Gastos – IV: o requisito do <i>business purpose test</i>	112
	Bibliografia	115
10.	Eliminação da dupla tributação económica: Participation Exemption e crédito de imposto	119
10.1.	O Direito Europeu e Portugal	120
10.2.	A Reforma de 2014: estrutura	122
10.3.	A <i>Participation Exemption</i> : âmbito e requisitos específicos	125

10.4. A <i>Participation Exemption</i> : algumas questões de Direito Europeu	133
10.5. O método do crédito indireto	134
10.6. A exportação de dividendos	136
Bibliografia	138
11. Os rendimentos de propriedade industrial ( <i>Patent Box</i> )	139
11.1. A essência do regime (o tratamento fiscal dos <i>royalties</i> )	139
11.2. Requisitos	141
Bibliografia	143
12. Preços e regime de preços de transferência	145
12.1. Desvios à regra do preço contratado: simulação e preços de transferência	145
12.2. O requisito das “ <i>relações especiais</i> ”	148
12.3. As correções ao lucro tributável	150
12.4. Acordos especiais e obrigação de documentação	
– breves notas	152
Bibliografia	154
13. Os prejuízos fiscais e o seu regime de reporte	155
13.1. Regime	156
13.2. Restrições substantivas ao reporte – I	158
13.3. Restrições substantivas ao reporte (cláusula de boa-fé) – II	160
Bibliografia	161
14. O Estabelecimento Estável estrangeiro	163
14.1. Do método do crédito ao método da isenção	164
14.2. Requisitos de aplicação do método da isenção	165
14.3. Funcionamento do regime – preocupações com a elisão e a substância	167
Bibliografia	169
15. O regime simplificado	171
15.1. Requisitos do regime	173
15.2. Características do regime	175
Bibliografia	177

16.	Taxa(s) de IRC e Tributação autónoma	179
16.1.	Natureza jurídica e regime da tributação autónoma – I	180
16.2.	Natureza jurídica e regime da tributação autónoma – II	182
16.3.	Consequências da natureza jurídica	185
	Bibliografia	187
17.	A responsabilidade fiscal dos gerentes e administradores	189
17.1.	Evolução dos regimes e regime atual	190
17.2.	Elementos comuns – I (Reversão)	191
17.3.	Elementos comuns – II (Gerentes)	194
17.4.	Elemento especial – o período de exercício do cargo	198
17.5.	Responsabilidade dos Contabilistas Certificados – breves notas	202
	Bibliografia	203
18.	Métodos indiretos	205
18.1.	Razão de ser – o <i>non liquet</i> administrativo	205
18.2.	Natureza Jurídica – presuntiva e sancionatória	207
18.3.	Princípios estruturantes – I: excecionalidade das hipóteses legais	209
18.4.	Princípios estruturantes – II: atuação vinculada	213
18.5.	Princípios estruturantes – III: não recorribilidade direta	213
	Bibliografia	214
	ÍNDICE GERAL	217